

No dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram na plataforma Teams, da Microsoft. **Heloísa** realizou a contagem do quórum e instaurou a reunião. **Cláudia Rodrigues** iniciou informando que, por motivos de saúde, não conseguiria conduzir a reunião. **Cláudia** sugeriu que a discussão partisse da votação das atas das duas últimas reuniões do pleno, a extraordinária, ocorrida no dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, e a ordinária, ocorrida no dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um. Sem objeções, o Pleno aprovou as atas. **Heloísa** lembrou ao Pleno que durante o processo de transcrição das atas, valendo-se da gravação da reunião em questão, não é possível visualizar manifestações feitas via chat e, portanto, estas não constam no registro; as gravações captam apenas recursos de vídeo e áudio. Dando início às discussões do primeiro ponto da pauta sugerido pela Conselheira **Ana Kraus**, o PL “Escolhi Esperar”, **Ana** informou que houve uma reunião no Fórum de Mulheres da Zona Oeste, ao qual é integrante, e nesta houveram manifestações de preocupação em relação ao andamento do Projeto, bem como questionamentos acerca da atuação do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres frente a este. **Ana Kraus** pontuou que sua sugestão ao indicar o PL como ponto de pauta da presente reunião baseou-se na intenção de suscitar um debate no Conselho acerca do Projeto e de possíveis encaminhamentos para este; e não propriamente para trazer informações a respeito do PL. Antes das discussões acerca do Projeto serem iniciadas, **Ana Kraus** compartilhou os informes da Zona Oeste, região da qual é Conselheira. Indicou que convocou uma reunião com outras mulheres da região para debater as ações do fórum e de outros grupos. **Ana Kraus** comunicou que o Fórum mapeou todas as comunidades da Zona Oeste, e tem conseguido auxiliá-las com o fornecimento de marmitas e materiais de higiene e limpeza. A Conselheira também manifestou sua preocupação com a atual conjuntura no que concerne às maternidades, observando o fechamento de seis destas, além de denúncias por parte de parturientes e puérperas que são impedidas de terem seus acompanhantes juntos de si em tempo integral dentro das maternidades e do declínio da atenção no pré-natal, resultando, segundo ela, em partos prematuros e outros problemas durante o período de gestação. **Ana Kraus** solicitou a suscitação do debate também acerca destas mazelas, que acometem não apenas a Zona Oeste de São Paulo, mas também as demais regiões. **Cláudia** convidou Camila, Conselheira representante da Câmara Municipal, a contribuir com maiores informações acerca do

Projeto de Lei “Escolhi Esperar”, e informou ao Pleno que algumas Conselheiras participaram das audiências públicas referentes ao Projeto, manifestando-se contrariamente. **Adriana Magalhães** propôs ao Conselho que redigisse uma nota institucional contrária ao Projeto. **Camila** explicou que o PL 813, redigido pelo vereador Rinaldi Digilio, em princípio era um projeto no âmbito do calendário da cidade na semana do “Escolhi Esperar”, passando, posteriormente, a configurar um programa da Secretaria Municipal da Saúde. O nome fantasia do projeto alude à uma prática de abstinência sexual, comumente adotada em comunidades cristãs. **Camila** informou que a bancada feminina está articulada e investindo esforços para a obstrução do projeto, e informou que o mesmo já passou por duas audiências públicas e que conta com amplo apoio, inclusive no Executivo. Informou, ainda, que o Projeto seria votado em 17 de junho, todavia as vereadoras contrárias conseguiram a prorrogação da votação, ainda sem data definida. **Camila** concordou com a proposição de uma nota institucional e sugeriu, ainda, que o Conselho busque apoio da Secretária de Direitos Humanos, Cláudia Carletto. **Camila** comentou também acerca do PL pela dignidade menstrual e as mobilizações de mulheres em prol do projeto, considerando a pobreza menstrual que acomete milhões de meninas e mulheres no país, sobretudo as que estão em situação de rua, as que estão em privação de liberdade e as que se encontram em uma situação de vulnerabilidade. **Camila** informou que o Governador João Dória anunciou a criação de um programa estadual para distribuição de absorventes higiênicos para jovens que estejam matriculadas nas escolas e que Ricardo Nunes apresentou um programa bastante semelhante. **Camila** reconheceu a sensibilidade do governador nesta propositura, mas indicou a necessidade de que ela seja mais ampla e que abranja não apenas as escolas, mas também nos serviços de assistência e saúde, considerando que a pobreza menstrual não é exclusiva a estudantes. **Camila** informou ainda que a vereadora Juliana Cardoso iniciou uma articulação com a bancada feminina para a construção de um substitutivo ao PL do executivo, que contemplasse a ampliação da distribuição dos absorventes, e considerasse a utilização de absorventes sustentáveis nestes kits a serem distribuídos, como também a inclusão do item nas cestas básicas. **Camila** informou que no vigente dia da reunião à qual esta ATA relata, houve a segunda audiência pública do PL do Executivo, contando com a participação de representantes que se posicionaram contrárias ao projeto nos moldes atuais. Sugeriu, ainda, que o Conselho redija uma nota considerando as alterações no Projeto para

que este seja amplo e de fato eficaz. **Cláudia** propôs o encaminhamento da Mesa Diretora produzir os dois documentos: a contestação do PL Escolhi Esperar e a manifestação em favor do substitutivo do PL pela Dignidade Menstrual, que serão posteriormente encaminhados às Conselheiras para apreciação e aprovação; uma vez aprovados, serão destinados à Câmara. Partindo para o próximo ponto de pauta, a respeito do seminário que será oferecido pelo Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, o Pleno decidiu que este ocorrerá em agosto. **Heloísa** elucidou que a proposta de temas e candidatos ainda será desenvolvida, mas certamente rodeará o âmbito da violência contra a mulher. **Roberta** sugeriu que o tema dos seminários permeie os temas dos Grupos de Trabalho, para que haja um direcionamento de ações a partir deste. **Regina** sugeriu que o Conselho convide a Prof^a Dr^a Eunice Prudente, docente da USP e Secretária Municipal de Justiça, e Coordena um Grupo de Estudos acerca do Projeto de Lei “Princípios da Prova em Crimes Sexuais”, que envolve diretamente a questão da mulher, e sugeriu que haja um foco na questão racial da violência contra a mulher. Dando continuidade aos pontos da pauta, **Adriana Magalhães** discorreu sobre os informes do Auxílio Aluguel. **Adriana Magalhães** lembrou as discussões suscitadas no Conselho há alguns meses sobre o Auxílio e suas dificuldades, sejam as relacionadas ao acesso por parte das solicitantes, configuradas por exemplo na necessidade de medida protetiva, de abertura de conta bancária, das dificuldades nos fluxos de atendimento e nos equipamentos, tendo o Conselho articulado com outros órgãos, com parlamentares e com técnicas para que houvesse a mitigação destes entraves de acesso. **Adriana Magalhães** informou que a questão da obrigatoriedade de abertura de conta bancária já foi regularizada junto ao Banco do Brasil. **Adriana Magalhães** informou ainda do substitutivo que prevê, além da medida protetiva e do boletim de ocorrência, que haja a possibilidade de concessão do benefício através de um relatório elaborado pelas técnicas dos equipamentos. **Cláudia** observou o “acúmulo do progresso” nas ações e encaminhamentos do Conselho, que vinha debatendo a questão do Auxílio Aluguel ao longo de suas últimas reuniões, provendo articulações que resultaram em importantes avanços para as mulheres paulistanas sujeitas a situações de violência doméstica. **Camila** complementou a fala de Adriana indicando a existência de dois projetos: um substitutivo elaborado pela vereadora Juliana Cardoso para alterar a lei 17.320, enviado logo após uma reunião com a Secretária de Direitos Humanos; e, paralelamente, a bancada feminina elaborou outro projeto, concernente à criação da

Central Única de Vagas dos abrigos, e incluiu a questão da medida protetiva não ser um critério exclusivo para o acesso ao auxílio. **Ana Cristina** acrescentou, ainda, que a criação da Central Única de Vagas é uma demanda da NUDEM e de SMADS, uma vez que facilitaria o fluxo e os acessos destas mulheres aos serviços de atendimento. Indicou ainda que a vereadora apresentou o PL à CPM, que remeteu ao gabinete para apreciação, e estão aguardando o recebimento do mesmo por parte da Casa Civil. **Ana** pontuou, ainda, que no tocante à concessão do auxílio, para além da legislação, haviam também embates administrativos. Para a resolução destes, a participação da Adriana Magalhães foi de grande relevância, uma vez que ela detém a capacidade de articulação dentro das instituições bancárias, que fizeram diferença para a resolução de um dos entraves de acesso ao benefício, sendo a obrigatoriedade e abertura de conta no Banco do Brasil. **Ana** apreciou que todos os resultados obtidos na luta pelo combate à violência contra a mulher são frutos de trabalho em equipe. **Maria Luisa** informou que diariamente os canais SP 156 recebem ligações de mulheres com dúvidas acerca de condições de acesso e valores do benefício, e que não há informações oficiais sobre o auxílio disponibilizadas nos canais 156 para que os operadores possam sanar estas dúvidas. **Maria Luisa** indicou a importância de se agrupar estas informações para serem disponibilizadas nos canais. **Ana Cristina** comentou que, antes da reunião com a vereadora, houve uma reunião com o MP e o NUDEM, e comprometeram-se que houvesse uma ampla divulgação das informações para as mulheres e os serviços. No site da SMDHC estas informações estão agrupadas, bem como orientações sobre o funcionamento do fluxo de atendimento. Partindo para o último ponto da pauta, o fechamento das maternidades, **Cláudia** informou que buscou por mais informações estes fechamentos e recebeu um retorno do Tatuapé, informando que o fechamento havia se dado em decorrência da solicitação de rompimento do contrato por parte da instituição que realizava a gestão. **Adriana Magalhaes** informou que dentre as maternidades fechadas, algumas estavam sob responsabilidade do município e outras do Estado; e que algumas destas estaduais foram fechadas ao início da pandemia, para que o espaço fosse destinado ao atendimento às pessoas infectadas pelo coronavírus. Todavia, algumas maternidades ainda estão tendo seus contratos cancelados, como as da Região Sul: maternidade da Santa Casa, de Santo Amaro; do Hospital Vila Penteado; do Hospital Geral de Guaianazes e do Hospital Waldomiro de Paula. **Adriana Magalhaes** comentou que acredita que já deva ter havido demandas de vereadores junto ao

Secretário Municipal de Saúde a respeito do tema, e propôs que o Conselho procure a Secretaria Municipal de Saúde para solicitar maiores esclarecimentos sobre a forma de atendimento das gestantes, que agora por muitas vezes recorrem às UBS. **Camila** informou que frente aos fechamentos, houveram requerimentos de maiores informações e de uma audiência pública, mas que não foram aprovados. Complementando o encaminhamento proposto por Adriana Magalhaes, **Camila** sugeriu que o Conselho envie algum documento ou requerimento para a Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher, demandando a realização de uma audiência pública. **Cláudia** propôs que o Conselho procure o Conselho Municipal de Saúde, para que os dois encaminhamentos anteriores sejam realizados em conjunto entre os Conselhos. **Ana Kraus** comentou que a vereadora Juliana Cardoso enviou um ofício ao Secretário de Saúde solicitando uma reunião para tratar sobre o Hospital Mário Degni, e sugeriu que o Conselho adote a mesma estratégia e envie um ofício ao Secretário, todavia solicitando por informações referentes à todas as maternidades fechadas. **Ana** demonstrou apoio à proposta de Cláudia sobre a aproximação do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres com o Conselho de Saúde. **Adriana Pereira** informou que no início da pandemia, a maternidade do Hospital Regional Sul, de Santo Amaro, foi transferida para a maternidade Interlagos, restando às gestantes residentes de Santo Amaro apenas o Hospital do Campo Limpo, que está sobrecarregado. Informou, ainda, que participou de uma reunião com o coordenador do Fórum Regional de Saúde Sul, na qual debateram, entre outras demandas, a questão das maternidades. Para a reunião em questão, convidaram a Deputada Bebel para participar e a mesma se empenhou em solicitar uma auditoria na ALESP e convidar o Secretário Estadual para dar maiores informações sobre a questão das maternidades estaduais. **Adriana Pereira** apoiou a participação da Comissão da Saúde nos encaminhamentos propostos. **Heloísa** lembrou que na Prefeitura há o sistema eletrônico SEI e sugeriu que o ofício a ser redigido seja encaminhado para a Secretaria de Saúde através deste sistema. Encerrados os pontos de pauta, **Cláudia** se despediu das Conselheiras e encerrou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

- Mesa Diretora: redigir uma nota contrária ao PL “Escolhi Esperar” e uma nota de apoio ao substitutivo proposto pela bancada feminina em relação ao PL pela Dignidade Menstrual;
- Procurar a SMS para solicitar informações sobre o fechamento das maternidades;
- Enviar um requerimento para a Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher solicitando uma audiência pública.
- Procurar o Conselho Municipal de Saúde para articular que os dois últimos encaminhamentos acima sejam realizados em conjunto. A Comissão de Saúde do Conselho pode articular estas agendas.